

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ: HISTÓRIA E INTERPRETAÇÕES (1999-2013)

Por Wagner Pinheiro Pereira*

Resumo: O presente texto pretende realizar um estudo sobre a Venezuela de Hugo Chávez, através da análise das perspectivas de interpretação sobre a construção da figura de Hugo Chávez e do seu projeto bolivariano, assim como da implantação do socialismo do século XXI, promovido pelo governo chavista.

Palavras-chave: Hugo Chávez; Bolivarismo; Revolução Bolivariana; Socialismo do Século XXI e Venezuela.

Abstract: This paper aims to conduct a study on Hugo Chávez's Venezuela, by analyzing the perspectives of interpretation about the construction of the figure of Hugo Chavez and his Bolivarian project, as well as the implementation of the Socialism of the 21st Century, promoted by Chavist government.

Key-words: Hugo Chávez; Bolivarism; Bolivarian Revolution; Socialism of the 21st Century and Venezuela.

“Quero que todo mundo veja que não sou um tirano, nem um diabo, nem mesmo alguma espécie de gorila”.

Hugo Chávez

“Arrisco prever que Chávez foi o último grande redentor político da América Latina. É muito difícil a região ter novamente um líder tão rico em petróleo e em carisma quanto Chávez”.

Enrique Krause

Por ocasião da visita de Hugo Rafael Chávez Frias, Presidente da República Bolivariana da Venezuela, à Rússia, em 15 de outubro de 2010, o canal *Russia Today Internacional*, em sua transmissão em espanhol, exibiu uma entrevista exclusiva do líder venezuelano concedida à jornalista Elena Rostova, no programa “A Solas”.

Ao ser questionado sobre o significado de sua figura e o lugar que ocupa no mundo dentro de um contexto geopolítico e histórico, Hugo Chávez afirmou tratar-se de um simples “humano, soldado e revolucionário”, que chegou a posição que ocupa não porque quisesse, mas porque foi “arrastado por um furacão, num momento de renascimento de valores, um renascimento dos povos, um renascimento da América Latina, um renascimento da utopia do sonho do que Simón Bolívar, nosso pai Bolívar, chamava de misteriosa incógnita do homem libertário. Creio que aí está o meu lugar, as minhas coordenadas, o meu tempo, o meu espaço, a luta humana, a causa humana”.

Essa afirmação, apesar da aparente humildade demonstrada pelo líder venezuelano em considerar-se “só um soldado de Cristo”, denota o quanto Hugo Chávez buscava construir uma aura mística em torno de sua imagem, apresentando-se como uma figura transcendental, um messias enviado pela Providência para guiar o destino do país.

O discurso chavista traduzia-se numa mescla de elementos da doutrina católica, de cultos populares indígenas e da retórica política-ideológica socialista. O tom de sacralização da política em torno da sua representação enquanto uma figura messiânica intensificou-se em seus discursos ao longo do agravamento do câncer. Não era só espiritualidade, mas uma forma de compensar a sua ausência física diante dos seguidores. “Chávez não está morto” foi uma frase repetida várias vezes por autoridades do governo para ressaltar a força do líder, então doente. Mesmo depois de sua morte, ouve-se o mesmo nas ruas, numa tentativa de transformá-lo em inspiração permanente. O mito Hugo Chávez está criado e os seus discípulos políticos tem a missão de preservar na história e na memória aquilo que se entende por chavismo e ressaltar o legado da revolução bolivariana.

Eleito presidente da Venezuela no limiar do século XXI, Hugo Chávez detectou que havia lugar no mundo – especialmente na América Latina – para quem se apresentasse como “inimigo número 1” dos Estados Unidos. Durante décadas, Fidel Castro ocupara esse papel, mas a idade avançada do líder cubano e a crise do regime castrista, desde que perdera o subsídio da União Soviética, demandava da esquerda latino-americana um novo líder, que tivesse um discurso sedutor.

A partir de sua entrada na cena política latino-americana, Hugo Chávez buscou cumprir o seu grande objetivo na vida: entrar para a história e erigir-se em mito. Desde então, sua figura carismática e polêmica suscitou uma série de debates e reflexões sobre o seu verdadeiro caráter histórico, como apontam, dentre os muitos estudiosos de sua biografia e governo, os jornalistas venezuelanos Cristina Marciano e Alberto Barrera Tyszka, em *Hugo Chávez Sem Uniforme: Uma História Pessoal*: Afinal, quem é, em definitivo, Hugo Chávez? É um verdadeiro revolucionário ou um neopopulista pragmático? Até onde chega a sua sensibilidade social e até onde alcança a sua própria vaidade? É um democrata que tenta construir um país sem exclusões ou um caudilho autoritário que sequestrou o Estado e as instituições? Por acaso pode ser essas duas

coisas ao mesmo tempo? Quem é esse homem que agita um crucifixo enquanto cita Che Guevara e Mao Tsé-Tung? Qual dentre todos os Chávez existentes é o mais autêntico? (MARCANO E BARRERA TYSZKA, 2006).

Ou ainda, conforme sintetizado em *Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez*, do jornalista irlandês Rory Carroll, que oferece um relato sobre a ascensão do líder à presidência em 1999, sua onipresença nas telas de TV/cinema e a cuidadosa forma como moldou o chavismo, um fenômeno único na América Latina: Se Hugo Chávez para uns, foi um líder revolucionário; para outros, um tirano imprevisível; o certo é que para todos foi o presidente que mudou – para o bem e para o mal – a História da Venezuela (CARROLL, 2013).

Hugo Chávez: a gestação de um líder de massas

A ascensão de Hugo Chávez ao poder e a manutenção de sua incrível popularidade, ao longo de 14 anos de governo, passam por dois princípios básicos de todo aspirante a líder: moldar-se de acordo com as circunstâncias e aproveitar as oportunidades. Hugo Rafael Chávez Frías nasceu em 28 de julho de 1954, na pequena cidade de Sabaneta, Estado de Barinas, a cerca de 450 quilômetros de Caracas. Oriundo de uma família pobre no interior da Venezuela, seus pais – Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías – eram professores da escola pública e integravam a classe média baixa. Por causa dos escassos recursos econômicos, para manter a numerosa família, o seu pai foi obrigado a levar seus filhos, o pequeno Hugo e o irmão mais velho, à avó paterna, Rosa Inés[i].

A valorização de uma origem pobre e sofrida nas narrativas do perfil biográfico e da trajetória histórica de Hugo Chávez, do seu nascimento aos anos de formação militar e política, tem sido criticada por vários autores. Rory Carroll, em *Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez*, destaca que, além da notória alteração do significado histórico de Simón Bolívar empreendida pelo governo chavista, Chávez – e seus eruditos – era ainda mais ousado ao rearranjar a história nacional da Venezuela no século XX, assim como a sua própria história pessoal e familiar.

Tradicionalmente, recorda o autor, os venezuelanos aprendiam que o levante contra Marcos Pérez Jiménez, em 1958, encerrou a era dos ditadores (sua fuga para o exílio foi tão apressada que ele deixou 2 milhões de dólares numa mala na pista de decolagem) e deu início à democracia multipartidária. Chávez precisava reverter essa sequência de virtude; senão, como poderia ser o salvador da nação? Assim, ele promoveu uma reabilitação parcial de um tirano apoiado pelos Estados Unidos que assassinou e encarcerou milhares, elogiando repetidamente suas obras públicas, sua disciplina, seu patriotismo. “Penso que o general Pérez Jiménez foi o melhor presidente que a Venezuela teve em muito tempo”, declarou. “Foi muito melhor que Rómulo Betancourt [um presidente eleito], muito melhor que todos aqueles outros. Era odiado por ser um soldado”. A democracia que veio depois da derrubada do ditador foi apresentada como a verdadeira vilã: um jogo eleitoral para tapear o povo enquanto os oligarcas saqueavam o país[ii].

Por sua vez, segundo Rory Carroll, a história familiar de Chávez foi também reordenada para se encaixar na nova verdade oficial. Seu pai fora um membro orgulhoso da Copei, um dos partidos governantes “pútridos”, e, apesar do modesto salário de professor, todos os seus seis filhos foram para a universidade e seguiram carreiras decentes. O Estado fornecia moradia subsidiada (Chávez vivia numa delas com a avó), educação e saúde gratuitas, tornando a Venezuela o país mais rico da América do Sul até que na década de 1980 o populismo e a corrupção consumiram o sistema. Tudo isso se tornou heresia. A nação ouviu mais de mil vezes que o comandante nasceu em miséria extrema, numa choupana de barro, e cresceu num sistema venal, perverso, que “punia os pobres; cuspiu nos pobres”. Assim, o golpe de 1992 contra Carlos Andrés Pérez não foi uma conspiração militar, mas o grito de um povo oprimido. Os livros escolares foram corrigidos para que o golpe se tornasse “uma rebelião que mudou o destino da república” (CARROLL, 2013: p.198-9).

Independente do choque de versões apresentadas, destacamos que a trajetória histórica de Chávez nestes anos de formação não foi muito diferente do que ocorreu com outros políticos latino-americanos, oriundos também de famílias mais humildes. Chávez ingressou na carreira militar no ano de 1971, quando tinha 17 anos. Nessa época, esta opção significava uma possibilidade de ascensão social para os venezuelanos que viviam na penúria[iii]. Durante a sua formação militar, as leituras

acadêmicas e a insatisfação com a concentração de renda do país fizeram com que, em 1977, Chávez e seus companheiros tivessem contato com grupos de esquerda, estabelecendo os primeiros vínculos com os grupos civis radicais da Causa R[iv].

A verdadeira ação política de Hugo Chávez começou na década de 1980 quando, lotado em Maracay, conheceu William Izarra Caldera, mentor do movimento Ação Revolucionária de Militares Ativos (ARMA), grupo herdeiro dos movimentos conspirativos do interior das Forças Armadas da década de 1960, e Douglas Bravo, então dirigente guerrilheiro do Partido da Revolução Venezuelana (PRV), com quem se reuniu sigilosamente, recebendo a proposta de estruturação de um movimento civil-militar que, em longo prazo, prepararia uma insurgência com o intuito de tomar o poder, assim como dele adotou a ideia da “árvore das três raízes”, em referência as três figuras venezuelanas proeminentes que deveriam ser o emblema e a inspiração, já não internacional, mas autóctone, do movimento: Simón Bolívar, seu professor Simón Rodríguez (chamado historicamente de “Robinson”) e o caudilho das Guerras Federais, Ezequiel Zamora.

No contexto da grande recessão latino-americana, o então capitão Hugo Chávez, atendendo aos conselhos de seu primeiro mentor, José Esteban Ruiz Guevara, permaneceu na Academia Militar e começou a trabalhar com os mais jovens, dando aulas de História Militar da Venezuela, entre 1981 e 1984. Lá, aproveitou a oportunidade para angariar seguidores entre o corpo de alferes e cadetes, que mais tarde seriam os executores de seus planos.

Hugo Chávez gostava de se lembrar de sua primeira ação política pública. Era ainda um capitão de 28 anos de idade e servia como paraquedista na base de Maracay, a cerca de 110 quilômetros de Caracas, no estado de Aráguá. No sábado, 17 de dezembro de 1983, dia do aniversário de morte de Bolívar, Chávez fora chamado pelo comandante do destacamento para proferir um discurso alusivo aos duzentos anos do nascimento de Simón Bolívar. Diante do microfone e de 1,2 mil soldados, o jovem oficial ofereceu o que poderia ser visto como um aperitivo de seus dotes oratórios ainda em formação.

Num curto e contundente improviso, o futuro presidente da República realizou uma dura crítica à pobreza venezuelana, denunciou a situação de injustiças da América Latina, quase dois séculos após a independência de seus países, utilizando-se

continuamente das falas de Simón Bolívar, José Martí e outros próceres da emancipação contra o domínio ibérico no século XIX, para ratificar a necessidade de transformação da sociedade[v] (MARINGONI, 2009: p. 85 E ARAUJO, 2009: p. 54).

Depois [do discurso], o chefe do regimento decide, em memória de Bolívar, dar a todos uma tarde de folga. Chávez afasta-se com Jesús Urdaneta, Felipe Acosta – amigos de promoção – e Raúl Baduel, formado um ano depois. Acosta sugere uma corrida. Os quatro, todos llaneros, disparam a correr até o que resta do “Samán de Güere”, uma árvore célebre porque Bolívar costumava descansar à sua sombra. – Pegamos umas folhinhas, uma coisa muito simbólica, muito ritualista como somos nós soldados. Promovidos pelo presidente, parafraseamos o juramento de Monte Sacro e dissemos que não íamos ser cúmplices por omissão de todo aquele estado de coisas que víamos no país – assegura a memória de Baduel, hoje comandante do Exército e um dos mais íntimos aliados de Chávez. – Juro pelo Deus de meus pais – repetem em coro – juro por minha pátria, juro por minha honra, que não darei tranquilidade a minha alma nem descanso a meu braço até ver rompidas as cadeias que nos oprimem e oprimem o povo por vontade dos poderosos. Mudaram – guiados pela voz solene de Chávez – o predicado “poder espanhol”, com que encerrou Simón Bolívar em 1805, por “os poderosos” (MARCANO E BARRERA TYSZKA, 2006: p.61-2).

O ritual no Samán de Güerre mostra o traço peculiar em Chávez: o esforço para fazer coincidir os fatos de sua própria vida com datas e acontecimentos históricos. O ato marcou um ponto de partida, pois até aquele momento, Hugo Chávez agitara a título pessoal; a partir de então, tinha um grupo (MARCANO E BARRERA TYSZKA, 2006: p.63).

A partir dali, Chávez e outros companheiros começaram a organizar o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), de caráter nacionalista e discurso igualitário, em homenagem ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar (1783-1830), o personagem central da história venezuelana. O MBR-200 foi inspirado pela revolução socialista das forças armadas do Peru na década de 1970 e também pelo ideário de Simón Bolívar de uma união continental de Estados Hispano-Americanos.

Sobre os primórdios do movimento bolivariano, a historiadora Margarita López Maya recorda que este movimento surgiu nos quartéis venezuelanos nos anos 1970 e os militares que conformaram o núcleo primário do bolivarismo eram provenientes, em sua maioria, dos setores humildes da população, cujas famílias viveram o empobrecimento provocado pela crise do *Caracazo* em 1989. Eles, diferentemente do resto dos setores populares, mantiveram o acesso à educação superior de qualidade nos tempos em que a

educação pública foi se deteriorando. Por seu ofício, eram próximos e conheciam bem as elites em decadência, e o contraste entre o gasto suntuoso/corrupto destas e a miséria dos próximos a eles tendeu a sensibilizá-los frente às desigualdades e os abusos do poder. Por outro lado, prossegue a historiadora, os militares por formação são nacionalistas, educados no culto a Bolívar, a cujo Exército lhes faz crer que representam. Além disso, na Venezuela os governos militares foram a regra antes dos anos 1950 e os setores de esquerda penetraram nas Forças Armadas quando da luta armada, deixando raízes desde então. Por essas razões, conclui a autora, desde cedo se foi dando nos quartéis a constituição de grupos de discussão e de crítica, e ainda de conspiração contra o sistema político (LÓPEZ MAYA, 2010: p.98-9).

Em fevereiro de 1989, o então presidente, Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, foi eleito e começou a implementar o habitual pacote de austeridade do FMI para estabilizar a economia. Mas passadas três semanas, a capital Caracas foi varrida por uma onda de motins e pilhagem – um episódio que ficou conhecido como o *Caracazo* –, que não tardou a alastrar a outras cidades. Pérez chamou o Exército a intervir, e várias centenas de civis foram mortos na repressão.

Chávez entrou na vida política da Venezuela em 1992, de forma virulenta e nada democrática. Liderou um golpe tramado nos quartéis. Dois anos e meio após o *Caracazo*, o ambiente de descontentamento no país continuava aumentando de tal modo que levou o tenente-coronel Hugo Chávez, comandando cerca de 300 efetivos, agrupados no MBR - 200, a tentar um golpe de Estado, na noite de 3 para 4 de fevereiro de 1992, depois que o presidente Pérez regressou de uma viagem à cidade suíça de Davos – meca do neoliberalismo –, onde participava do Fórum Econômico Mundial.

O levante militar, denominado Operação Ezequiel Zamora, foi encabeçado, além de Hugo Chávez, por oficiais do Exército de médias e baixas patentes[vi], reunidos no chamado grupo Comacate (é uma designação popular para referir-se ao conjunto de oficiais das Forças Armadas da Venezuela, representando a combinação de Comandantes – Tenentes-Coronéis –, Majores, Capitães e Tenentes).

No entanto, a reação do governo ao golpe foi contundente. O levante militar fracassou e o tenente-coronel Chávez se dirigiu ao país, pela televisão, para informar a sua rendição e conclamar seus companheiros a depor as armas. Chávez não deixou

escapar a oportunidade de “editar” sua realidade presente para produzir sua futura vitória.

Paramentou-se, colocou a boina vermelha de seu batalhão de paraquedistas e, com perfeita calma, dicção bem cuidada e tom exato – como em seus tempos de locutor de rádio e mestre de cerimônias em concursos de beleza –, pronunciou uma mensagem ao vivo de apenas 169 palavras, de 1 minuto e 12 segundos, que o catapultaria à presidência da República alguns anos depois (KRAUSE, 2013: p. 149):

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém já é tempo de evitar mais derramamento de sangue, já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Assim que ouçam a minha palavra, ouçam o comandante Chávez, que lhes lança esta mensagem, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado.

Todos os rebeldes obedeceram ao seu comandante e entregaram as armas (a rendição quase imediata de seus companheiros demonstra a força da liderança de Chávez). Da insurreição participaram 133 oficiais e 967 soldados. Chávez e os outros oficiais foram condenados à prisão, sendo Chávez preso na penitenciária de Yare nos Vales do Tuy. Parecia o fim para o militar golpista, mas o “por enquanto” de seu discurso prenunciava uma volta fortalecida.

Com Chávez na prisão, outro golpe, levado a cabo pelos seus companheiros foi realizado em 27 de novembro de 1992. Enquanto o golpe de 4 de fevereiro foi organizado somente por militares e oficiais de baixo escalão (Comacate), a segunda tentativa de golpe, que de alguma maneira teria que concluir o que se iniciou em fevereiro, foi conduzida por grupos de civis e oficiais de alto escalão, dos quatro ramos das Forças Armadas. A insurreição foi um total desastre e acabou no mesmo dia, tendo como saldo: um avião derrubado, muitos rebeldes mortos, presos ou que foram se exilar no Peru.

Depois desse segundo golpe, os equilíbrios do “Pacto de Punto Fijo”[vii] começaram a estremecer e, sobretudo, colocou-se em dúvida a eficácia de seu excessivo controle do poder. A relação entre as Forças Armadas e a política começou a desfazer-se. Nas Forças Armadas ampliou-se a distância entre altos oficiais – atrelados firmemente, quase todos, ao bonde político – de um lado e o Comacate e as tropas do outro.

O prestígio da classe política caiu em queda livre; primeiro as pessoas duvidaram, depois se mostraram descrentes e por fim passaram a odiá-la. Em 1994, o presidente foi impugnado por corrupção e preso, e o seu sucessor revelou-se incapaz de debelar a inflação ou de restaurar a disciplina fiscal – enfrentou o colapso da banca e greves contra as medidas de austeridade.

Justamente para reduzir ao mínimo a publicidade sobre o golpe de 1992, muitos processos contra soldados foram suspensos e outros militares foram simplesmente demitidos das Forças Armadas. Em 1994, aqueles que ainda estavam na prisão, de surpresa, foram perdoados pelo novo presidente Rafael Caldera e abandonaram as Forças Armadas. Anistiados em 1994, Chávez e vários militares passaram a pregar a necessidade de uma mudança constitucional no país, mostrando-se avessos à participação nos canais de representação política existentes. Tinham uma pauta política básica: dissolver o Congresso e convocar uma Assembleia Constituinte.

A primeira lição aprendida por Chávez após a sua derrota e consequente prisão foi optar pelo caminho das urnas. Em princípios de 1997, os militares do Movimento Bolivariano Revolucionário decidiram participar com cara própria das eleições do ano seguinte. Para viabilizar uma candidatura, buscaram abrir o seu movimento para além das Forças Armadas, legalizando-o como partido político.

Assim surgiu o Movimento Quinta República (MVR)[viii], com a promessa de promover “uma revolução pacífica e democrática”, e Chávez se apresentou como candidato às eleições presidenciais de 1998, em um momento no qual as legendas tradicionais passavam por grande descrédito popular.

Chávez apostou num discurso com teor populista, segundo o qual os dirigentes latino-americanos eram sempre submissos aos interesses imperialistas dos Estados Unidos da América. Com base nessa crença – e diante da real necessidade venezuelana

de combater a corrupção endêmica e reduzir as extremas desigualdades sociais –, Chávez ganhou terreno. Convenceu a população a esquecer seu passado golpista e a acreditar que ele, caso recebesse o inequívoco mandato dos venezuelanos mais carentes, lutaria em nome do povo contra as elites, nacionais e internacionais. A capital, Caracas, passava por uma explosão populacional. Como noutras grandes cidades da América do Sul, o êxodo rural inchava a periferia e criava grandes favelas.

Essa massa de eleitores não tivera até então representação significativa na política e ansiava por essa chance. Dono de um carisma que só cresceria com o tempo, Chávez ocupou esse vácuo. Seu projeto defendia a adoção de mudanças mais abrangentes e profundas. À medida que as eleições se aproximavam, ficava clara a vantagem de Chávez e seu discurso renovador sobre os candidatos dos partidos tradicionais.

A campanha de Hugo Chávez se deu com meios muito limitados, viajando por todo país em uma caminhonete, de camisa, paletó e boina vermelhos, em contato direto com as pessoas humildes, os deserdados de sempre. Diferente dos demais candidatos, que gastaram e espalharam centenas de milhares de dólares com publicidade em televisão e jornais, manifestações onde apareciam personagens do meio artístico e reuniões de alto nível, além de festas com rios de uísque. Mas a verdadeira guerra contra Chávez ocorreu na televisão, visto que os donos das redes privadas nacionais – como a RCTV, canal 2; a Venevisión, canal 4; Televén, canal 10; Globovisión, canal 31 – estavam todos atrelados à classe política dominante e fizeram parte do golpe. Alguns apresentadores dessas “quatro TVs irmãs” se caracterizaram pela extrema violência verbal contra o candidato Chávez. Fosse por opinião pessoal ou para manter o posto de trabalho, esses jornalistas não tiveram nenhuma ética profissional.

Sob uma pretensa imparcialidade, algumas redes televisivas entrevistaram o candidato da “discórdia nacional”, tratando de fazê-lo parecer desajeitado, contraditório e com ideias pouco claras. Mas Hugo Chávez, focalizou a atenção do país sobre alguns poucos pontos essenciais, fundamentalmente sobre a necessidade de uma nova Constituição, aspecto que foi o eixo de todo o seu trajeto público desde o falido golpe de Estado em 4 de fevereiro de 1992.

Por fim, nem a guerra midiática, os sermões dos bispos, as pressões psicológicas (como a ameaça de demissão a alguém que se arriscava a falar bem de Chávez) e a tentativa desesperada de todos os partidos decidirem retirar suas candidaturas e apoiar somente uma, de maneira a fazer frente a Chávez com uma coalização (mesmo heterogênea, mas com alguma possibilidade de vitória) surtiram efeito. Nas eleições de 6 de dezembro de 1998, Hugo Chávez obteve 3,67 milhões de votos, alcançando 56,2% dos sufrágios válidos, prometendo mudanças radicais e a criação de uma “nova democracia”.

Revolução Bolivariana em marcha: a Venezuela de Chávez

Os anos de governo do presidente Hugo Chávez, iniciados em fevereiro de 1999, foram repletos de processos e eventos controversos. Chávez ganhou as eleições oferecendo, nos comícios, uma ruptura definitiva com o passado. Na presidência, Hugo Chávez pretendeu “refundar” a República, o que ficou claro já no momento da posse, em 6 de dezembro de 1999, quando, ao receber a faixa presidencial, declarou: “Juro sobre esta Constituição moribunda que farei cumprir, impulsionarei as transformações democráticas necessárias para que a República nova tenha uma Carta Magna adequada aos novos tempos”. Era o recado de que transformaria o curso do país a sua maneira.

O programa de reformas implementado por Chávez deve ser entendido, segundo Edwin Williamson, como uma reação àquilo que jovens oficiais, como Chávez, viam como uma oligarquia irremediavelmente corrupta que esbanjara os imensos recursos petrolíferos da nação e que fizera pouco pelos pobres e desfavorecidos.

O primeiro passo foi dado, em 1999, com a realização de um referendo em que 88% dos eleitores aprovaram eleições para a convocação de uma Assembleia Constituinte que elaboraria uma nova constituição – fórmula posteriormente importada por adeptos do chavismo no continente, como Evo Morales, na Bolívia, ou Rafael Correa, no Equador. Os apoiantes de Chávez obtiveram 119 dos 131 lugares nessa assembleia. Quando a nova constituição foi objeto de um novo referendo, em dezembro de 1999, foi aprovada por 71% do eleitorado (WILLIAMSON, 2013: p.610).

A Constituição de 1999, além de mudar o nome do país para República Bolivariana da Venezuela,

foi concebida para enfraquecer os partidos oligárquicos, fortalecendo o executivo e tornando a legislatura representativa de um leque mais vasto da sociedade. Assim, aumentava os poderes do presidente, introduzindo mandatos de seis anos e a possibilidade de reeleição para um segundo mandato consecutivo, e punha fim ao desacreditado congresso de duas câmaras, criando uma Assembleia Nacional constituída por uma única câmara, com 160 deputados eleitos por uma combinação de representação proporcional e maior número de votos em que cada estado tinha um mínimo de três assentos, independentemente de sua população. Uma inovação importante – na Venezuela e, de um modo geral, também na América Latina – era a atribuição de três lugares aos representantes eleitos dos povos indígenas, dos quais existiam 26 grupos étnicos distintos, correspondendo a 1,4% da população. Por outro lado, o Supremo Tribunal e o sistema de justiça sofreram uma reestruturação que visava libertá-los das interferências políticas geradoras de ineficiência e corrupção. A Constituição de 1999 criou também uma comissão eleitoral independente e um novo órgão governativo designado “Poder do Cidadão”, dirigido por um Conselho Moral Republicano de três elementos, que funcionaria como provedor e que garantiria os direitos constitucionais. (WILLIAMSON, 2013: p.610).

A partir da aprovação da Constituição, o governo Chávez começou a dar os passos rumo à construção de uma nova estrutura jurídico-institucional que mostrasse compatível com a nova concepção de sociedade e de Estado. Isso, naturalmente, afetou relações de poder e interesses particulares, o que, combinado com frequentes negociações inábeis por parte do governo e das forças políticas que o apoiavam – Movimento Quinta República (MVR), Pátria Para Todos (PPT), Movimento ao Socialismo (MAS), PCV e outros –, resultou em uma situação de constantes conflitos políticos, que, por sua vez, levaria partidos, organizações e personalidades de oposição ao projeto de iniciar uma estratégia insurrecional para derrubá-lo.

Em julho de 2000, Chávez candidatou-se à reeleição, como a sua nova Constituição lhe permitia fazer, e voltou a vencer, com 59% dos votos, obtendo os seus partidários 55% dos lugares na recém-formada Assembleia Nacional (WILLIAMSON, 2013: p.610).

Chávez começou o seu segundo mandato cautelosamente, com reformas educativas, agrárias e na indústria do petróleo; também criou uma campanha de assistência social destinada aos pobres dos bairros desfavorecidos. No entanto, essas reformas irritaram a oposição, que o acusaram de querer imitar Fidel Castro. Quando Chávez demitiu o conselho de administração da companhia petrolífera estatal PDVSA, a “galinha dos ovos de ouro” da economia venezuelana, houve uma torrente de protestos, que incluiu uma greve geral (WILLIAMSON, 2013: p.610).

Entre 2001 e 2004, a sociedade venezuelana sofreu com rigores de um confronto intenso entre dois blocos políticos que se percebiam como excludentes. Por uma parte, os bolivarianos, que apoiavam o governo e respaldavam as mudanças implementadas. O bloco estava constituído pelos partidos da aliança e organizações sociais, principalmente de origem popular, como os círculos bolivarianos, organizações vicinais de bairros populares, organizações de vendedores ambulantes, de motoristas, etc., que encontravam no projeto e no imaginário do bolivarianismo a esperança de justiça e inclusão social frustrada no projeto político anterior.

Por outra parte, a oposição, que no início desse período se agrupou sob uma organização guarda-chuva conhecida como Coordenadoria Democrática (CD), estava formada por associações de empresas, representadas pela Fedecámaras (Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción), por associações sindicais, representadas pela CTV, donos de meios de comunicação privados, gerentes da estatal de Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), organizações vicinais e sociais, majoritariamente procedentes das classes médias, e partidos de oposição (AD, Copei, Projeto Venezuela, Primeira Justiça), que buscavam resguardar suas posições de poder e estavam de acordo com as linhas básicas de um modelo semelhante ao desenvolvido durante os segundos mandatos de Pérez e Caldera. A hierarquia da Igreja Católica também se somou a esse bloco. A oposição teria, além disso, o suporte poderoso do governo dos Estados Unidos bem como em diversos organismos internacionais, corporações transnacionais e alguns governos de países aliados a Washington.

A fase insurrecional contra o governo e o projeto bolivariano teve como fator desencadeante a aprovação, em 2001 – mediante poderes conferidos pela Assembleia Nacional ao Executivo por meio de uma Lei Habilitante –, de 49 leis que buscavam transformar as principais relações de dominação que imperavam na sociedade. Fundamentais para o projeto bolivariano, a Lei dos Hidrocarbonetos, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e a Lei da Pesca foram as mais conflituosas com os poderes constituídos. Ainda que o procedimento de aprovação por decreto fosse legal, foi improcedente pelo significado sociopolítico e econômico dessas leis e porque a nova concepção do Estado enfatizava o caráter participativo que todas as decisões quanto aos rumos da sociedade deveriam ter. Os oportunistas exigiram a revisão e a retificação das leis, negadas pelo governo.

No final de 2001, a oposição conseguiu unificar-se e exercer ações de protesto com caráter cada vez mais maciço, que eram respondidas com ameaças de natureza autoritária por parte de Chávez e sua aliança. Em 2002, os dois polos fecharam-se ao diálogo e à negociação, abrindo-se o caminho para um desfecho violento.

Foram três os eventos de maior magnitude na fase insurrecional desenvolvida pelo polopositor: o primeiro deles foi o golpe de Estado que entre 11 e 13 de abril de 2002 o retirou do Palácio Miraflores. Em 11 de abril de 2002, várias pessoas morreram quando a polícia disparou sobre os manifestantes em Caracas, episódio que esteve na origem de um golpe de Estado contra Chávez. Porém, na confusão que se seguiu, pressionado por multidões nas ruas, o Exército se dividiu e outra facção militar levou a cabo um contragolpe e reinstalou Chávez no poder. O segundo foi o paro petrolero, uma greve nacional por tempo indeterminado na indústria petrolífera, que começou em 2 de dezembro de 2002, mas o plano fracassou ao fim de nove semanas, com custos ruinosos, terminando sem ser oficialmente suspensa, em 3 de fevereiro de 2003. O protesto reduziu quase a zero a produção de petróleo e resultou em queda de 17,8% do PIB no ano. Numa terceira tentativa para afastar Chávez, a oposição serviu-se de um instrumento constitucional para realizar um referendo revogatório do mandato presidencial, em que o eleitorado diria se Chávez deveria abandonar o cargo. A oposição reuniu mais de 20% de assinaturas dos eleitores aptos a votar e convocou, para 15 de agosto de 2004, o referendo.

Em todos esses eventos o governo e as forças que o apoiavam obtiveram triunfos políticos. O presidente Chávez superou o golpe de Estado e, graças à combinação de mobilização popular maciça e o contragolpe militar, recuperou para o Estado a indústria petroleira paralisada por sua diretoria – também graças ao respaldo das Forças Armadas, aos setores populares e aos funcionários aposentados da PDVSA – e venceu o referendo com 58,9% dos votos a favor de sua permanência no governo (40,6% contra).

No final, a CD se fragmentaria e desapareceria, para deixar em seu lugar organizações políticas e sociais de oposição diminuídas e debilitadas, obrigadas a encarar o desafio de reconstruir-se em uma posição de extrema precariedade. A partir de agosto de 2004, a oposição abandonou a estratégia insurrecional por falta de recursos políticos e materiais para continuar a desenvolvê-la.

Outro aspecto muito valorizado pelo governo foi a utilização da propaganda política para reforçar a imagem carismática do Comandante. Chávez teve sempre a atenção voltada para a comunicação de massa, pois percebia que ela era crucial para fazer chegar sua mensagem de unidade e de desenvolvimento integral. Quando chegou ao governo, lançou seu programa *Alô, Presidente*, que começou na Rádio Nacional da Venezuela, em 23 de maio de 1999, e depois se desdobrou para a TV e a internet (LEITE FILHO, 2012: p.123-4).

O programa *Alô, Presidente* era transmitido aos domingos, das 11 às 17 horas, e não se resumia apenas a discursos ou conversas do governante com o povo, consistindo num verdadeiro show de variedades e de comunicação direta com os governados, através de telefonemas, cartas e e-mails, aulas e explicações sobre os atos e obras do governo[ix]. Chávez chamava os ministros e dirigentes de órgãos governamentais para prestar contas e esclarecer dúvidas sobre administração. Cantava ele próprio e chamava cantores e outros artistas para entoar canções históricas e do gosto popular. Por fim, entrevistava estadistas, intelectuais e ativistas do mundo inteiro, além, é claro, de fazer discursos e proclamações.

O programa tampouco se limitava ao estúdio e era feito a partir de várias cidades da Venezuela (259, em 23 dos 24 estados) e sete no exterior. Uma dessas cidades foi Santa Clara, Cuba, numa homenagem ao aniversário de morte de Che Guevara, em 15 de outubro de 2007. Neste programa, ele fez uma entrevista por telefone com Fidel Castro, de 1 hora e 20 minutos. Logo depois passou um vídeo compacto de 20 minutos da conversação que os dois tiveram durante quatro horas, poucos dias antes. Fidel ainda se recuperava da grave moléstia que o acometera, em 26 de julho de 2006, fato que o obrigou a passar o governo ao irmão Raul Castro.

Segundo o site *alopresidente.gob.ve*, o programa, em 13 anos de existência, teve 378 apresentações, abrangendo um total de 1.656 horas, o equivalente a 69 dias ininterruptos de conexão direta com o presidente e o povo, quando 8.020 pessoas falaram no ar com o presidente e o povo, quando 8.020 pessoas falaram no ar com o presidente, em 996 ligações. O programa ainda recebeu e atendeu 25 mil cartas.

Sua duração era igualmente vantajada, porque, às vezes passava de sete horas contínuas, o que deu motivo para muitas críticas, principalmente da mídia privada, que

condenava a emissão, não apenas pelo seu conteúdo ideológico, como também o fato de ser um concorrente poderoso. Algumas edições do programa, como aquela em que ele entrevistou Fidel Castro, chegaram a atingir 40% de audiência nacional. Por causa do câncer que o acometeu, em junho de 2011, Hugo Chávez suspendeu temporariamente o *Alô Presidente*, apresentando-o somente algumas vezes, como aquele que marcou o 13º aniversário do programa, em 23 de maio de 2012.

É importante lembrar que a Venezuela possuía, durante o governo de Hugo Chávez, quatro grandes redes de televisão privadas, a *Venevisión* (do empresário Gustavo Cisneros), a *RCTV*, a *Globovisión* e a *Televen*, além de várias emissoras independentes espalhadas pelo país. Juntas formavam quase 80% do sistema televisivo. O Estado possuía quatro canais: a *Venezuelana de Televisión* (VTV, canal 8), a *Telesur*, a *ViveTV*, voltada para a cultura e o canal da Assembleia Nacional.

A *RCTV*, fundada em 1953, era o mais antigo canal em atividade no país. Todas as emissoras privadas se envolveram na articulação do golpe de 2002. Por isso, em 28 de dezembro de 2006, Hugo Chávez tomou uma polêmica medida: “*Não haverá nova concessão para este canal golpista de televisão que se chama Rádio Caracas de Televisão (RCTV)*”, sendo que esta emissora tivera um papel fundamental no golpe de Estado de 2002, ao nuclear, com outras emissoras, um cerco midiático aparentemente inexpugnável: “*A medida já está redigida*”, emendou o presidente. “*Acaba em março a concessão. Assim, é melhor que eles preparem suas malas e vão vendo o que fazer a partir dali*” (MARINGONI, 2009: p.32).

Conforme ressalta Edwin Williamson, ao longo do governo chavista, os sucessivos obstáculos radicalizaram Chávez, que se mostrou determinado a transformar o país em nome do “socialismo do século XXI”. Tratava-se aqui de uma ideologia embrionária que visava promover uma democracia “proativa e participativa”, que aproximaria a tomada de decisão do povo através de comitês localizados e, num objetivo mais ambicioso ainda, que substituiria em devido tempo a economia de mercado, orientada para o lucro, por um sistema de troca de bens e serviços através de “equivalências” calculadas segundo valores de uso acordados. Depois das tentativas fracassadas para o derrubarem, Chávez institucionalizou o apoio popular no Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e chamou conselheiros cubanos para o ajudarem a conceber um sistema de “missões” para o povo num vasto “setor informal”.

Cooperativas de trabalhadores, supermercados subsidiados, programas de literatura e educação chegaram aos bairros de lata e às zonas rurais pobres. A *Misión Barrio Adentro*, por exemplo, estabeleceu centros de saúde gratuitos onde trabalhavam médicos, dentistas e outros profissionais de saúde cubanos, enviados por Fidel Castro em troca de petróleo a bom preço. Na frente internacional, Chávez levaria por diante a sua ambição de concretizar a ideia de Simón Bolívar de uma união continental de Estados hispano-americanos, designando oficialmente o país de “República Bolivariana da Venezuela”, e usando as receitas do petróleo para encorajar uma aliança pró-Cuba com a Bolívia, o Equador, as Honduras, o Paraguai e a Argentina, embora com diferentes graus de sucesso. E apesar de os Estados Unidos da América continuarem a ser o principal mercado para o petróleo venezuelano, Chávez parecia determinado a irritar a administração de George W. Bush (2001 - 2009) das mais variadas formas, que incluíram uma visita ao Iraque de Saddam Hussein e outra ao Irã. Só em 2008, Chávez expulsou o embaixador dos EUA como protesto pela alegada interferência da CIA na Bolívia, convidou a Rússia a juntar-se à Venezuela em exercícios navais nas Caraíbas e lançou o primeiro satélite de telecomunicações venezuelano na China (WILLIAMSON, 2013: p.611).

A política internacional de Chávez, de que foram exemplo a criação do bloco de comércio ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) e a compra de obrigações do tesouro de países muito endividados, como a Argentina ou o Equador, e também a sua política interna, com programas extensos de apoio social, foram financiadas pelas receitas provenientes do petróleo, mais precisamente pelo FONDEN, um fundo ao dispor do presidente (WILLIAMSON, 2013: p.610).

As relações internacionais e comércio exterior sob o governo de Hugo Chávez tiveram uma atenção voltada para os seus vizinhos latino-americanos. A maior proximidade se deu com Cuba, pois era natural que Chávez buscasse inspiração no decano dos antiamericanos, o ditador cubano aposentado Fidel Castro. Chávez visitou-o em Havana logo depois de ser eleito, em 1999. A empatia foi imediata, Fidel o via como um filho e, mais importante, como salvação para a economia combalida de Cuba. A camaradagem ideológica estendeu-se para os negócios. A Venezuela enviava 115.000 barris diários de petróleo para Cuba. Em troca, o governo cubano já cedeu mais de 40

mil médicos para trabalhar na rede assistencial venezuelana. Segundo Chávez, foi Fidel quem o convenceu, em 2005, a seguir o caminho do “socialismo do século XXI”[x].

O “pai comunista” foi também o primeiro a recomendar-lhe ir ao médico, depois de Chávez passar mal em Havana, em 2011. O câncer foi diagnosticado em seguida. Antes da doença, Chávez foi o vigoroso herdeiro de Fidel Castro no papel de embaixador de desafetos americanos, como o iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

A influência de Chávez entre os latino-americanos não se limitou a Cuba. No lugar da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Chávez criou a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). Além de Cuba, seus sócios são outros países alinhados politicamente ou dependentes da boa vontade financeira de Caracas, como Bolívia, Equador e Nicarágua. Na vizinhança, só o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe (2002-2007) se opôs à ascensão chavista. Uribe sempre acusou Chávez de ser complacente (quando não cúmplice) de ações das Forças Armadas Revolucionárias (FARC) da Colômbia, grupo responsável por atentados terroristas e financiado por sequestros e tráfico de drogas.

Os dois gigantes sul-americanos, Brasil e Argentina, nunca levantaram a voz contra o estilo chavista de governo e de diplomacia. A boa relação de Chávez com o Brasil começou ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ficou mais forte sob Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), em muito devido à afinidade ideológica. Na ocasião da morte de Chávez, a presidenta Dilma Rousseff (2011-...) disse que “*em muitas ocasiões, o governo brasileiro não concordou integralmente com Hugo Chávez*”, mas essas discordâncias nunca foram expostas publicamente. Chávez sempre teve passe livre de Brasília e de Buenos Aires para concretizar seus projetos. Um deles era tornar-se membro do MERCOSUL, plano recorrentemente abortado pelo Congresso do Paraguai, controlado pela oposição do então presidente, Fernando Lugo (2008-2012), outro aliado de Chávez. O impasse foi resolvido em meio a uma crise diplomática. O Paraguai foi suspenso do bloco como punição pelo afastamento de Lugo, em 2012. Em seu lugar, com o apoio das presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, entrou a Venezuela.

Se na política externa o projeto chavista de união e integração da América Latina ganhava simpatizantes e aplausos na América Latina, isso não diminuiu o impacto da

crítica internacional – especialmente vinda da mídia americana –, que ressaltava o aumento e consolidação sistemática do poder autoritário de Hugo Chávez na Venezuela, assim como sinalizava para o perigo do modelo chavista estar se alastrando para outros países latino-americanos. Sobre esse aspecto tão criticado da política interna chavista, Edwin Williamson recorda que

depois da tentativa do golpe de Estado em 2002, Chávez procedeu a uma purga no Exército para prevenir outras iniciativas do mesmo tipo, e os seus críticos acusavam o governo de anular liberdades civis e de limitar a liberdade de expressão perseguindo órgãos de comunicação hostis. O avanço do autoritarismo fez-se alegadamente acompanhar de corrupção nos círculos do governo e do uso de fundos públicos para favorecer o partido do poder nas eleições. Chávez foi reeleito para um segundo mandato em dezembro de 2006 e autorizado pela Assembleia Nacional a governar por decreto durante 18 meses. Em dezembro de 2007 perdeu por pouco um referendo que lhe teria permitido a reeleição por um número de vezes indeterminado, mas repetiu a questão noutro referendo, realizado em fevereiro de 2009, e dessa vez ganhou com 54% dos votos. Este resultado permitiu-lhe voltar a candidatar-se em 2012, e por quantas vezes entendesse fazê-lo (WILLIAMSON, 2013: p.612).

Neste sentido, concordamos com a análise de Edwin Williamson ao considerar que tanto em termos nacionais quanto internacionais, Hugo Chávez acabou destacando-se enquanto um catalizador do reaparecimento da esquerda revolucionária, que fora castrada e desmoralizada desde o colapso da União Soviética e desde o fracasso das lutas de guerrilha dos anos 1970.

Chávez encontrara uma forma de neutralizar os seus opositores liberais combatendo-os nos seus próprios termos – utilizava um instrumento-chave do liberalismo político, nomeadamente eleições livres e referendos (o eleitorado foi consultado 15 vezes entre 1998 e 2009), por forma a legitimar o desmantelamento do liberalismo econômico e das reformas do FMI. E esta estratégia revelou-se de tal modo eficaz que, ao tentar derrubar Chávez pela força, a oposição venezuelana incitou-o, inadvertidamente, a aliar populismo caudilhista e política eleitoral na causa do socialismo revolucionário, oferecendo, assim, à esquerda latino-americana uma estratégia para conquistar poder no Estado, num momento em que a ideologia marxista não tinha outros defensores (WILLIAMSON, 2013: p.612-3).

Dessa forma, carisma, assistencialismo e projeção internacional revelaram-se ingredientes fundamentais para a popularidade de Chávez, que agregaria ainda o

elemento bolivariano[xi]. Chávez dizia que, aos 17 anos, no Exército, foi enviado para fazer guarda ao Panteão Nacional, onde estão os restos mortais de Bolívar. Naquele momento, Chávez afirmou ter sentido “um brotar portentoso de espiritualidade na alma”. Em 2010, ordenou a exumação do corpo do “Libertador”, para confirmar que a ossada era mesmo de seu ídolo. Desde então, Chávez passou a se dizer um “filho” de Bolívar – e que o sentia vivo.

O fanatismo de Hugo Chávez pela figura de Simón Bolívar foi tão intenso que circulou a notícia na mídia de que Chávez havia ficado em posse de alguns ossos do herói da independência que foram utilizados em rituais da santeria, com o objetivo de perpetuá-lo no poder. O resultado acabou sendo outro, já que a exumação dos restos mortais do Libertador teria dado origem a “Maldição de Bolívar”, responsável por levar a morte de todos – com poder de autoridade – envolvidos neste processo de exumação.

Última vítima da “Maldição de Bolívar”, Hugo Chávez, após passar por longo período de tratamento para curar-se do câncer, acabou tendo a sua morte, aos 58 anos, anunciada pelo vice-presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em 5 de março de 2013, em Caracas, às 16h25m locais, em decorrência de um câncer na região pélvica e de uma infecção respiratória aguda. A decisão inicial do governo de embalsamá-lo – embora tenha sido um projeto abortado por erros nos processos de preservação do cadáver – certamente teria ajudado no culto ao morto, de maneira semelhante à que Chávez adotou com Bolívar. Novos esforços estão sendo feitos pelos herdeiros do legado de Chávez para reescrever a história do país. O mais recente episódio ocorreu em 31 de maio de 2013, quando foi agregada a assinatura do falecido ex-presidente em um fac-símile digital da Ata de Independência da Venezuela, de 1811, para elevá-lo a categoria de “prócer da independência da Venezuela”, e documentar, dessa forma, a sua onipresença na vida do país.

Bibliografia

ARAUJO, Rafael. **A história do Tempo Presente Venezuelana de 1950 ao Século XXI**. Olinda: Livro Rápido, 2009.

_____. **“Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012)”**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Comparada (PPGHC-UFRJ), 2013.

AYALA, Mario & QUINTERO, Pablo (comps.). **Diez años de revolución en Venezuela: historia, balance y perspectivas (1999-2009)**. Caracas: Maipue, 2010.

CARROLL, Rory. **Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

GOTT, Richard. **A la sombra del libertador**. Caracas: Imprensa Nacional, 2002.

JONES, Bart. Hugo Chávez: **Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente**. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

KRAUSE, Enrique. **O Poder e o Delírio**. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. **Os Redentores: Ideias e Poder na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LEITE FILHO, FC. Quem tem medo de Hugo Chávez? **América Latina: integração pra valer**. São Paulo: Aquariana, 2012.

MARCANO, Cristina & BARRERA TYSZKA, Alberto. **Hugo Chávez Sem Uniforme: Uma História Pessoal**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARIGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MENDES, Flávio da Silva. **Hugo Chávez em seu Labirinto**. O Movimento Bolivariano e a Política na Venezuela. São Paulo: Alameda, 2012.

MORAES, Wallace. **Brasil e Venezuela: Histórico das Relações Trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

WILLIAMSON, Edwin. **História da América Latina**. Lisboa: Edições 70, 2013.

Notas

* Professor Adjunto de História da América no Instituto de História e no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/PPGHC-UFRJ). Coordenador do Laboratório de Estudos Históricos e Midiáticos das Américas e da Europa – Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHMAE-UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO-UFRJ.

[i] As Informações biográficas foram extraídas de: GOTT, Richard. A la sombra del libertador. (Caracas: Imprensa Nacional, 2002. pp.57-60.); MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. (São Paulo: Editora Unesp, 2009. pp.87-88.); e ARAUJO, Rafael. A história do Tempo Presente Venezuelana de 1950 ao Século XXI. (Olinda: Livro Rápido, 2009. pp.47-48.)

[ii] Neste ponto podemos perceber também o quanto a obra de Rory Carroll é tendenciosa, pois o autor defende Rómulo Betancourt, dizendo tratar-se de “um presidente eleito”, e a república puntofijista, considerada enquanto uma experiência democrática. No entanto, é importante lembrar que, conforme o leitor tem acompanhado em nossa exposição, o presidente Rómulo Betancourt apesar de ser considerado por alguns historiadores como o “pai da democracia venezuelana”, foi o representante dos interesses partidários do Pacto Punto Fijo e teve uma política repressora aos movimentos de esquerda. Por sua vez, os governos da “democracia” puntofijista mantiveram-se atrelados aos desígnios da elite burguesa venezuelana no poder e não representaram em sua política uma expressão da vontade popular.

[iii] Ao contrário da narrativa bolivariana da trajetória histórica de Hugo Chávez durante esses anos de formação, Enrique Krause sustenta outras razões para a entrada de Hugo Chávez para a Academia Militar em 1971: A primeira delas é o impacto causado pela atuação revolucionária de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. A segunda foi devido ao conselho expresso de Adán, seu irmão mais velho, que, já pertencendo a núcleos insurrecionais (o Movimento de Esquerda Revolucionário - MIR, formado em 1961 a partir de um racha dos setores insatisfeitos com a AD, e o Partido da Revolução Venezuelana -PRV), estudava na Universidade dos Andes e compreendia a necessidade de plantar um revolucionário nas Forças Armadas. Em terceiro lugar, ingressou também

– um paradoxo a mais – graças às possibilidades oferecidas pelas políticas progressistas daquele regime que chegaria a combater e a detestar. Cf. KRAUSE, 2013, p.165.

[iv] O La Causa R foi formado em 1971 por lideranças sindicais saídas do Partido Comunista de Venezuela (PCV). Os sindicalistas criticavam a burocracia e o autoritarismo dos comunistas. Eles se opunham também à não valorização da leitura de autores sul-americanos, como Simón Bolívar, Simón Rodríguez, Ezequiel Zamora, e à utilização dos seus argumentos teóricos no interior da Venezuela. Cf. ARAUJO, Rafael. A história do Tempo Presente Venezuelana de 1950 ao Século XXI. Olinda: Livro Rápido, 2009. pp.49-50.

[v] Cf.: MARINGONI, 2009, p.85; ARAUJO, 2009, p.54.

[vi] Os principais envolvidos foram cinco, todos com o grau de tenente ou coronel: Hugo Chávez Frías, Francisco Arias Cárdenas, Joel Acosta Chirinos, Jesús Urdaneta Hernández e Jesús Ortiz Contreras.

[vii] Com o fim da ditadura do general Marco Pérez Jiménez (1948/1952 - 1958), foi firmado um acordo, denominado de Pacto de Punto Fijo, que começou a ser elaborado em Nova York e contou com a participação das principais lideranças dos mesmos partidos que tiraram o ditador do poder, a Ação Democrática (social-democrata), o Copei [Comitê de Organização Política Eleitoral Independente] (social-cristã) e a União Republicana Democrática. De fora ficaram os setores populares e a esquerda, esta última, representada pelo Partido Comunista da Venezuela (PCV), que tinha expressiva base social. Segundo Wallace Moraes, os principais pontos relevantes do acordo foram os seguintes: compromisso com a democracia e, evidentemente, com o pleno funcionamento do mercado; apoio incondicional aos EUA no contexto da Guerra Fria; pacto entre Capital e Trabalho com ausência de greves; independente de quem ganhasse as eleições, os partidos do pacto teriam representantes no governo; a AD moderou sua posição diante do incremento de direitos trabalhistas. O sistema de listas fechadas fixava, por um lado, a diminuição do personalismo parlamentar, e, por outro, estabelecia o domínio das direções partidárias sobre os deputados, aumentando a disciplina e garantindo o sistema de Punto Fijo. Outro fator importante a ser destacado é que, até 1989, a democracia fora deveras limitada apesar da retórica, pois o Executivo nacional escolhia os prefeitos e governadores, não tendo o povo, portanto, participação nessas

escolhas. Deve-se ressaltar que o Pacto de Punto Fijo excluiu a esquerda de qualquer participação institucional, levando grande contingente de seus quadros para a luta armada, inspirada em Cuba. MORAES, Wallace. Brasil e Venezuela: Histórico das Relações Trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012. p.225.

[viii] Hugo Chávez identificava a Constituição existente como a quarta (IV) e, assim, a nova seria a quinta (V), por isso o movimento político fundado por ele era chamado de MVR, Movimento Quinta República, segundo a notação em algarismos romanos.

[ix] As informações e dados sobre o programa Alô, Presidente foram extraídas de: LEITE FILHO, FC. Quem tem medo de Hugo Chávez? América Latina: integração pra valer. São Paulo: Aquariana, 2012. No programa, o presidente lançou seus Misiones Sociales (programas de grande alcance social), como os de alfabetização, médico família, educação especial, habitação e outros. Nas suas prédicas no programa, Chávez recomendou a leitura de 539 livros, entre eles “As Veias Abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano; “Economia e Sobrevivência”, de Noam Chomsky; “Socialismo, Muito Além do Capital”, de István Mészáros; “Socialismo do Terceiro Milênio”, de Luís Britto Garcia; “O Estado e a Revolução”, de Lênin; “A Revolução Traída”, de Trotsky; e “O Papel do Indivíduo na História”, de Georgi V. Plekhanov.

[x] Conforme aponta Bart Jones, Hugo Chávez mencionou pela primeira vez a relação do bolívarismo com a noção de socialismo do século XXI no Quinto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, em novembro de 2005. Tratava-se ainda de uma ideia sem definição e de uma alternativa ao modelo que provocara estragos na América Latina. Algo que se colocava entre o “capitalismo selvagem” e o comunismo fracassado. Independente do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo do Estado da União Soviética, do Leste Europeu e mesmo da amada Cuba de Fidel Castro. O presidente da Venezuela sabia que esses projetos continham falhas e que a maior parte dos venezuelanos não aceitaria uma repetição do comunismo à maneira de Fidel. Chávez, por outro lado, não idolatrava o capitalismo sem limites, cujos resultados ele havia testemunhado com os próprios olhos na Venezuela e no restante da América Latina (JONES, Op.cit., p.464): “Nunca me esqueço do momento em que conversava com Fidel [Castro] sobre o bolívarismo. Na ocasião, começávamos a difundir nossa tese

[...]. Recordo o que Fidel dizia na Universidade de Havana certa noite em dezembro de 1994: Chávez, vocês falam de bolivarismo para buscar a justiça social. Aqui nós falamos de socialismo”. Respondia ao comandante: “Estou de acordo”. Fidel agregou mais uma observação: “inclusive se falará do cristianismo”, algo que concordo. O novo pensamento articula nossas culturas profundas. É um socialismo americano, martiniano e bolivariano. Temos de construí-lo, pois o capitalismo destroça as sociedades. Ele defende o individualismo, o egoísmo e a destruição da humanidade. É a causa das guerras, da miséria, da fome e das grandes desigualdades sociais que flagelam os nossos povos”. (CHÁVEZ, Hugo. La integracion es nuestra bandera antiimperialista. Disponível em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/integracion-es-nuestra-bandera-antiimperialista/> Acesso: Jan/2012, p.2). Apud. ARAUJO, Rafael Pinheiro de. “Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012)”. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Comparada (PPGHC-UFRJ), 2013. p.127.

[xi] Hugo Chávez articulou o pensamento de Bolívar pelo seu viés mais antiimperialista – derivado do nacionalismo militar – e latino-americanista. Citações de passagens de sua vida e obra tornaram-se marca registrada dos discursos de Chávez. Um dos recursos mais recorrentes dos discursos de Chávez era aplicar o legado do Libertador à luta política atual: “O movimento revolucionário foi carregado de uma ideologia, a ideologia bolivariana. Nós a formulamos durante muito tempo. Essa ideologia tem uma sustentação ética, filosófica e política, que foi articulada à de outros pensadores e autores venezuelanos, o general Zamora, as terras livres, os homens livres de Simón Rodríguez, o sábio, o Rousseau americano, como chamou Bolívar em algumas ocasiões. Assim, fomos criando uma força transformadora, uma força cívico-militar, pouco a pouco nos fomos armando de uma ideologia, de uma força e de uma estratégia...”. (CHÁVEZ, Hugo. Chávez y la revolución bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A, 2002, p. 18-19.2002). Apud. ARAUJO, 2013. p.106.